

**O BRASIL E A AMÉRICA LATINA NO CONCERTO MUNDIAL:  
EXPECTATIVAS, DEMANDAS E LIMITES**

Shiguenoli Miyamoto

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

EIXO TEMÁTICO 14

Política Externa, Globalização e Relações Internacionais.

## **O Brasil e a América Latina no concerto mundial: expectativas, demandas e limites<sup>1</sup>**

Shiguenoli Miyamoto  
Universidade Estadual de Campinas

### **Introdução**

Ambições praticamente todos os países têm, independentemente de suas propriedades ou características geográficas, econômicas, demográficas, militar-estratégicas, etc. É muito provável, entretanto, que essa afirmação não se aplique aos pequenos países e reinos, por exemplo, nos continentes europeu e asiático.

A maioria dos agentes do sistema internacional tem consciência de suas limitações, mesmo no plano regional, em face das assimetrias de poder entre eles. Por exemplo, através das diferenças de capacidades de intervenção e de atuação no cenário mundial.

Assim, em processos de integração regional, com poucos parceiros ou com um grupo mais numeroso, são claras as distinções de indicadores entre os empreendedores de determinada iniciativa. Nesse sentido, poderíamos dizer que um país como o Brasil não poderia ser visto com o mesmo peso e potencialidades de seus vizinhos Uruguai e Paraguai, bastando para isso apenas verificar seus tamanhos no mapa da região onde se encontram localizados.

Embora acordos, tratados ou processos integrativos apresentem facetas limitadas, em muitos casos restringindo-se a apenas um ou poucos objetivos, em áreas e temas definidos, pelo Direito Internacional e pelo fato de constituírem uma unidade com interesses comuns, todos os membros têm idênticos direitos e deveres e são, portanto, considerados iguais e seus votos favoráveis ou não têm o mesmo peso quando decidem políticas que a todos afetem.

Vejamos, por exemplo, o caso de a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criada em 4 de abril de 1949, com 31 membros, voltada especificamente para questões de segurança. Ao fugir de sua configuração

---

<sup>1</sup> A produção deste texto e a participação no evento contaram com recursos fornecidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, nível 1 A, concedida ao autor.

geográfica original, aproxima-se atualmente das fronteiras russas, motivo pelo qual o governo de Moscou se manifesta contrário à política dessa entidade, considerando a mesma nociva aos seus interesses no leste europeu, e temendo um cerco ao seu território. Com a diversidade de parceiros, é evidente, dentro da OTAN, a discrepância de poderes por exemplo entre Alemanha e Luxemburgo ou a Islândia.

Semelhante comportamento pode ser dito em praticamente todos os tratados e acordos mundiais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a União Europeia (UE) ou a maior das experiências modernas, representada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Claro que se pode afirmar, como no último exemplo, que as decisões mais importantes são tomadas através de instâncias restritas, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS-ONU). O mesmo pode ocorrer em diversas entidades internacionais. Em princípio, porém, todos os membros são iguais e soberanos e, normalmente, o peso do voto de cada um dos diversos componentes tem o mesmo valor e importância dos demais em instâncias como a Assembleia Geral.

Mas, se os países com menor capacidade sabem realisticamente que têm possibilidades reduzidas de verem suas demandas atendidas da forma como gostariam, com o intuito de jogar papel de importância maior no cenário internacional, por que fazem parte das instituições multilaterais regionais e mundiais?

A resposta poderia ser apresentada de maneira simplificada e que em parte dá conta desse tipo de indagação: simplesmente porque fazem parte de um todo há tempos designado como sistema internacional e não há como ficar fora do mesmo. Lembremos aqui, o que significa isso: “Sistema internacional é o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar em uma guerra geral. São membros integrais de um sistema internacional as unidades políticas que os governantes dos principais Estados levam em conta em seus cálculos de forças” (Aron, 1982, p.9). Isto é, ainda que estejam inseridos da forma que se não lhes apresenta mais conveniente ou favorável, qual alternativa existiria? E, mesmo que essa houvesse, pior seria se dele (sistema) não fizessem parte. Por exemplo, fazer

parte da ONU significa, na quase totalidade das decisões dos pequenos países, apenas apoiar as decisões dos grandes Estados, poderosos econômica, política e militarmente. Claro que podem, igualmente, reclamar, votar contra ou abster-se nos diversos foros.

Apenas rebelar-se ou retirar-se, não aceitando a ordem estabelecida, teria, por outro lado, consequências como não ser beneficiado por ajudas dos grandes países, como empréstimos, investimentos, recursos diversos como apoio técnico e auxílios financeiros em casos de catástrofes, repasses de tecnologia, etc., e que possam auxiliar ou facilitar seu próprio desenvolvimento, melhorando, ainda que aquém do desejado, suas condições.

Além do mais, o que fazer fora das organizações no seu entorno geográfico ou internacionais com escopo mais amplo? Não teria condições de criar um novo sistema independente ou uma nova ordem paralela composta apenas por seus iguais. Nem teria condições de qualquer tipo de confronto econômico, militar ou tecnológico em um mundo que se encontra cada vez mais conectado bilateral e multilateralmente.

Esse tipo de interpretação pode ser aplicado não apenas aos pequenos Estados, mas igualmente se verifica no âmbito das nações médias que buscam ocupar um espaço para se projetarem no cenário das relações regionais e globais.

A pirâmide de poder mundial, não oficializada em termos formais, dificilmente se altera de forma a permitir a absorção de novas nações no seu topo, e mudanças bruscas na configuração existente, sempre propensa a manutenção do *status quo*, a não ser entre aquelas que já detêm variáveis favoráveis territoriais, demográficas, econômicas, militares ou com grande capacidade tecnológica. No último caso, haveria necessidade de recursos humanos altamente qualificados e grande poder econômico com investimentos elevados e contínuos em ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, possibilitando um alavancamento do poder nacional. Ou seja, um país com condições irrefutáveis e que não necessita de autorização para ocupar lugar de proeminência mundial.

O objetivo destas notas é, portanto, refletir, ainda que brevemente, sobre as possibilidades que países menores e médios tem de se apresentar ou converter-se em ator de primeira grandeza no sistema internacional, seja

individualmente, como bloco mais limitado, ou como subcontinente, frente às potências que tem dominado o cenário global desde o final da Segunda Guerra Mundial em uma ordem bipolar ou multipolar.

Mais especificamente, nossa atenção está dirigida para o papel exercido pelo Brasil, suas aspirações e demandas, dentro da América Latina (mais propriamente a América do Sul) e no contexto mais amplo do sistema mundial, juntamente com o subcontinente do qual faz parte. Grande parte de nossas considerações estará orientada para a posição do Brasil e, secundariamente, de alguns vizinhos sul-americanos.

No que diz respeito ao período que nos interessa, citaremos exemplos atuais e dos anos mais próximos de algumas décadas porque, *mutatis mutandis*, as mudanças de governo, no andar do tempo, não parecem ter produzido efeito tão marcante que tenha se refletido em alterações da estrutura de poder e da máquina administrativa nacionais.

Independentemente dos posicionamentos políticos e ideológicos de cada quadriênio governamental, o que se tem observado é tão somente alternância dos grupos, partidos políticos e coalizões no poder, e que passam a assumir o controle das instâncias responsáveis pelas distribuições dos cargos e benesses do orçamento nacional e do aparato de Estado.

Em virtude da abrangência do tema, estamos conscientes das dificuldades em dar conta do mesmo de forma apropriada, em *paper* como este, sem cometer equívocos, quaisquer que sejam. Cada item deste texto foi escrito de forma autônoma. Portanto, pode ser lido e entendido de maneira livre, e sem necessariamente obedecer a uma ordem sequencial.

Todos os tópicos aqui listados serão, posteriormente, repensados, corrigidos e ampliados, convertendo-se cada um em texto próprio. O objetivo será fazer com que cada assunto mencionado receba a devida atenção e rigor, com a bibliografia aprofundada (aqui ausente) e, na medida do possível, suprimindo-se as inúmeras falhas ora presentes, como as tabelas e os quadros comparativos que não foram anexados, mas cujas informações são facilmente encontráveis nas páginas da Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL) Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). As observações aqui expostas, ainda

um tanto desarticuladas, fazem parte de um estudo mais amplo ora em planejamento, principalmente sobre a inserção internacional do Brasil no mundo, por isso devem ser entendidas como notas preliminares.

### **O sistema mundial: política e poder**

Entre o discurso e a prática há um fosso insuperável. Tanto no ambiente doméstico quanto no concerto das relações internacionais, a retórica é apenas um dos instrumentos utilizados pelas autoridades, chefes de governo e de Estado, para expressarem vontades, ameaças, opiniões e promessas, na maior parte das vezes não cumpridas. A passagem da retórica para o nível prático, entretanto, está longe de ser concretizada.

Da mesma forma, grande parte do que é dito em um momento, não tem qualquer validade em outra ocasião, como se nada houvesse sido afirmado. Não se trata apenas de inconsistências, incoerências de posturas ou descuidos nas afirmações, mas sim de que as mesmas foram pronunciadas tão somente para atender determinadas circunstâncias que se fizeram necessárias naquela oportunidade em que foram pronunciadas. Ou então para atender um determinado tipo de público para quem o discurso foi feito, sobretudo interno no contexto do jogo político, como militantes partidários, outros atores que fazem parte de uma coalizão política, ou mesmo para a sociedade como um todo. O dito ontem pode ser frontalmente contrário ao de hoje, dependendo das necessidades e conveniências do momento, das circunstâncias e dos atores envolvidos no processo.

Veja-se, por exemplo, o comportamento dos diversos agentes políticos no âmbito doméstico. Nas campanhas eleitorais enuncia-se a realização de um rol infinito de promessas, que passa a ser esquecido a partir do fechamento das urnas e após o vencedor do pleito assumir o poder. Em linguagem mais clara, entende-se ou alega-se que promessas de campanha não são para ser cumpridas. E quem nas mesmas acredita o faz porque quer, por ingenuidade e boa fé, ou por ignorar o jogo político.

Igualmente, durante anos, candidatos e membros de uma ou outra sigla partidária denominam certos adversários como os maiores corruptos da história, ou em linguagem menos amigável, de ladrões ou safados além de outros

adjetivos, inclusive impropérios dirigidos às genitoras dos mesmos, como passou a ser frequente no discurso brasileiro de muitos dirigentes governamentais dos últimos anos.

Em outro instante, ao se defender a necessidade de ser feita uma coalizão, ou em nome da governabilidade política, em prol de um objetivo comum, esses mesmos agentes mudam de legendas inúmeras vezes e posam lado a lado, cumprimentam-se sorridentes como se não houvesse um passado, e alegam ser esse um posicionamento pragmático ao se pensar em voto útil junto aos seus correligionários. Daí a necessidade de formar uma frente tão ampla quanto possível, esquecendo o dito pelo não dito. Ou seja, abrir mão de princípios em nome da vontade de derrotar um mal maior, que seria a eleição de outro candidato, um adversário rotulado como inimigo, entendendo este como nocivo aos interesses da sociedade e do Estado, aos valores da família, da cultura e da civilização cristãs.

Se, no cenário doméstico, esse tipo de postura se verifica em vários países, semelhante atitude é perceptível no cenário internacional, onde as formas de agir dos governantes está longe de seguir princípios que a todos agradem, sobretudo aqueles mais preocupados ou voltados para posturas éticas no convívio de uma nação com as outras. Basta aqui ser lembrado o comportamento do governo dos EUA que utilizou documentos inapropriados para justificar a invasão ao Iraque de Saddam Hussein em 2003. Segundo noticiava a imprensa daqueles anos, as autoridades cotidianamente mentiam sobre as reais condições que levaram a guerra do Iraque.

O que conta, portanto, são relações de poder e de interesse, e que na terminologia acadêmica se tornou conhecida como pragmatismo ou visão realista das relações internacionais.

O relacionamento entre os Estados Nações frequentemente tem sido permeado por conflitos, ora mais localizados, ora mais extensos, abrangendo vários atores simultaneamente, em partes afastadas de sua base territorial original.

Nada mais natural que isso aconteça, já que, desde tempos imemoráveis, as invasões, saques e conquistas fazem parte da atuação de grupos, clãs e instituições diversas em defesa de princípios que consideram corretos/naturais, atacam e destroem outros que não conseguem lhes fazer frente. Prevaleceu,

portanto, a lei do mais forte, ainda que o Direito Internacional não seja assim tão recente e tenha sido repetidamente atropelado, muitas vezes em nome da segurança ou da democracia, por mais elásticos que sejam tais conceitos.

Nos últimos séculos, desde o Renascimento, ou se tomarmos como ponto referencial o Tratado de Vestfália de 1648 não foram poucas as guerras para definição de fronteiras e de domínios, seja na Europa, no Oriente Médio, na Ásia, passando pelas Américas e pelo continente africano. Ou seja, o mundo inteiro sempre esteve de uma forma ou de outra, sendo alvo de atenção, mormente, por parte dos povos conquistadores que às custas alheias, enriqueceram seus próprios países.

Mirando à distância pode-se afirmar que a história da Humanidade se desenvolveu de forma trágica, com dezenas de milhões de vítimas, com a repetição de guerras em grande escala ou conflitos de menor envergadura em todo o decorrer do tempo, com motivações étnicas, religiosas, ideológicas, conquistas e disputas por territórios, etc.

A guerra, portanto, deve ser entendida como um acontecimento ligado diretamente ao conceito de soberania nacional, onde cada país, em nome de motivos diversos, como os citados no parágrafo anterior, se dão o direito de matar os semelhantes que possam colocar em risco sua sociedade e a própria sobrevivência do Estado, aqui incluídos todos os fatores que o compõem. Soberania, igualmente, entendida no sentido amplo como concebem os governos da comunidade internacional, na defesa das instituições e de seu território considerado inviolável, e que se atingido é a razão pela qual se vai à guerra. A ideia de soberania que pode ser encontrada há longos séculos tem sido interpretada de distintas maneiras, ainda que com a finalidade de proteger os territórios, podendo ser citados em épocas distintas, desde Marsílio de Pádua a Jean Bodin e João Quidort entre outros (Kritsch, 2002).

Ainda que propostas de desenvolvimento da política mundial, apoiadas em princípios onde o uso da força, do poder e da violência fossem deixados de lado, esta perspectiva nunca esteve próxima de ser acatada em sua íntegra por qualquer dos grandes agentes que, em cada tempo histórico, teve papel de primeira grandeza.

De Portugal à Espanha, dos impérios francês e inglês, às políticas executadas pelos Estados Unidos da América e pela União Soviética nada mais

espelham do que ocorrências e modos de operar passados. Por isso, historicamente, foram poucos, por circunstâncias favoráveis em determinadas oportunidades, que se alçaram a categoria de grande país, mas que não se sustentaram também por motivos variados, como não conseguir compatibilizar adequadamente os recursos econômicos, tecnológicos e a capacidade e influência militares.

São interessantes as observações de Paul Kennedy quando explicita que

“A força relativa das principais nações no cenário mundial nunca permanece constante, principalmente em virtude da taxa de crescimento desigual entre as diferentes sociedades, e das inovações tecnológicas e organizacionais que proporcionam a uma sociedade maior vantagem do que a outra”. (Kennedy, 1989, p. 1)

A história dos últimos cem anos indica que apenas alguns deles, com competência maior ou menor, se impuseram na cena internacional, dominando parte expressiva do mundo. Pouco interessa aqui comentar ou julgar se representavam um mundo melhor, ou se defendiam determinado modelo político e econômico, se utilizaram o uso da força ou não.

O fato é que em período abrangente de meio século pós-Segunda Guerra Mundial, os governantes de Washington e Moscou ditaram as regras de convivência e comportamento de como devia caminhar o mundo, determinando os rumos de suas áreas de influência.

Nos últimos trinta anos, apesar das grandes alterações do sistema internacional, com o fim do conflito Leste-Oeste, pode-se afirmar que apenas um novo grande agente passou a disputar espaços globais com a Casa Branca e o Kremlin. Quais os recursos que detêm? Sempre os mesmos, isto é, variáveis política, geopolítica, econômica, militar e tecnológica.

Em termos amplos e gerais, não é equivocado afirmar que entre a força e a guerra contrapondo-se ao direito e a paz, nas relações internacionais as primeiras parecem ter sido sempre o caminho preferido pelos dirigentes governamentais, civis e militares, para exercitarem o mando do poder para vencer, tentar subjugar os adversários, para manter o *status quo* ou tentar alterar a estrutura do poder mundial ao seu favor.

Ao assim agirem, consideram suas atitudes como legítimas. Contudo, não se trata da legitimidade aceita pelos menores ou perdedores. Trata-se, isso sim, de uma ordem estável aceita pelas grandes potências como acentua ex-

secretário de Estado dos Estados Unidos da América em conhecida obra, inicialmente apresentada como tese de doutorado:

“A estabilidade, portanto, muitas vezes resultou, não de uma procura da paz, mas de uma legitimidade aceita por todos. Esta ‘legitimidade’ a que me refiro não deve ser confundida com justiça. Significa apenas um consenso internacional sobre a natureza de combinações que funcionem, e sobre fins e métodos admissíveis para política exterior. Supõe a aceitação da estrutura da ordem internacional por todas as grandes potências, pelo menos até o ponto em que nenhum Estado esteja tão insatisfeito que, a exemplo da Alemanha após o Tratado de Versalhes, expresse sua insatisfação por meio de uma política externa revolucionária.” (Kissinger, 1973, p. 1.)

Claro que outros motivos poderiam, ainda, ser elencados, como os interesses da poderosa indústria bélica que movimenta recursos apreciáveis, sendo considerada a mais rentável do mercado, com gastos em torno de 2,2 trilhões de dólares, o que significa um acréscimo de 9% em relação ao ano anterior, segundo os dados recentes de 2023, publicados no Balanço Militar do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos IISS), de Londres (Maia, 2024). De acordo com outra fonte, o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI) esse montante foi ainda maior atingindo 2,4 trilhões de dólares (Pipier, 2024). Não apenas durante os conflitos, quando os armamentos são produzidos e vendidos, mas também antes quando armam os países. No pós-conflito, os setores empresariais voltados para a reconstrução dos países afetados entram em ação. Em um primeiro momento arrasam militarmente a infraestrutura de um país e depois a reconstróem, girando bilhões de dólares e movimentando a economia.

Interesses econômicos, aliados a problemas estratégico-militares, além de outras motivações, como a alegada defesa da democracia, tem sido, portanto, os condutores para que o clima belicoso tenha apresentado larga vantagem contrapondo-se à visão pacifista das relações internacionais.

É nessa perspectiva que o presidente da Polônia (que deverá assumir a presidência da União Europeia em 2025), ao mencionar que seu país gasta 4% de seu orçamento em despesas militares, frente ao cenário internacional atual, conclama:

Dez anos atrás, na cúpula da Otan em Newport, no País de Gales, todos os aliados prometeram gastar pelo menos 2% de seus PIBs anuais em defesa. Eu acredito que, em razão das crescentes ameaças, chegou a hora de elevar esse número para 3% do PIB. E pretendo persuadir nossos aliados, tanto na América quanto na Europa, a isso. Alegro-me que, tendo já ultrapassado bastante esse mínimo, EUA e Polónia possam liderar pelo exemplo e inspirar os demais. (Duda, 2024).

O que tem prevalecido, portanto, são políticas de poder, com claras assimetrias entre os múltiplos parceiros da comunidade internacional. Como lembra estudioso das relações internacionais, quando se sentam frente a frente para negociar, a pilha de reivindicações dos grandes países é muito maior do que a dos pequenos. Mas essa circunstância por si só não garante o sucesso do agente maior, porque além da mesa de negociações, existem interesses de setores outros que podem pressionar ou negociar separadamente, dependendo também das estratégias adotadas pelos menos privilegiados (Keohane, 1992)

De qualquer forma, mesmo sob as condições mais otimistas de negociações entre dois parceiros com acentuadas disparidades de poder, não há espaço para melhoria substancial direcionado para a grande parcela de países que ocupa papel secundário nas grandes decisões em todos os níveis e assuntos que igualmente afetam quase a totalidade das nações.

A retórica apregoada de que há necessidade de serem incorporados novos atores nas mesas das grandes negociações, deixa bem clara a distância entre tais discursos e o que se verifica posteriormente, no plano de implementação das políticas, por exemplo, em questões como as que se referem ao meio ambiente, aos direitos humanos, às migrações, à política nuclear e ao comércio internacional, além do controle de patentes, através de maciços investimentos em pesquisa e desenvolvimento e ciência e tecnologia, recursos muitas vezes indisponíveis na maior parte dos países, o que lhes dificulta competir em nível de igualdade com as nações altamente industrializadas.

Ressalve-se, entretanto, que nesses últimos exemplos, muitos governantes não privilegiam investimentos nessas rubricas, bem como em áreas como saúde e educação, porque o erário é o butim dos vencedores das corridas eleitorais e assim, os recursos são entre eles distribuídos, inclusive através do que se chama alocação secreta, via negociações entre os poderes constituídos, como ocorre no caso brasileiro. Vale a pena aqui dedicarmos alguns parágrafos a essas questões.

Nos anos mais recentes, o problema da COVID 19 mostrou claramente a forma de atuação e de solidariedade entre os países, quando o governo dos Estados Unidos da América adquiriu grande quantidade de vacinas, dificultando o acesso das mesmas ao resto do mundo, mesmo aos seus parceiros do acordo

de livre comércio, México e Canadá, só o fazendo após pressões. (O Globo, 2021)

Ainda que, no discurso, a ideia de globalização seja a mais utilizada para justificar a atuação e uma solidariedade internacional, a visão nacional continua robusta como sempre se apresentou, deixando de lado a perspectiva de uma solidária comunidade global ou de uma sociedade internacional justa e duradoura.

Política e poder encontram-se, assim, intrinsecamente vinculados, não podendo um conceito ser pensado sem ser imediatamente relacionado com a outra faceta. Nesse contexto das relações internacionais, os interesses nacionais prevalecem sobre qualquer outro modelo de cooperação que a todos os demais possa favorecer simultaneamente ou com eles dividir decisões em temas que consideram cruciais para a manutenção do *status quo*.

A possibilidade de alteração de qualquer ordem internacional, portanto, depende de pelo menos duas grandes circunstâncias: em primeiro lugar, cada país pequeno ou médio aumentar seu próprio poder nacional, o que é extremamente difícil, frente às maiores capacidades dos que primeiro chegaram ao topo da pirâmide, e que em um cenário altamente competitivo como o atual, apresentam diferenças quase insuperáveis em termos de ciência e tecnologia; em segundo lugar, mesmo que melhorem suas condições, ainda assim, não conseguem reverter as posições do topo da pirâmide e nem conseguem dele fazer parte, sem a anuência ou apoio desses mesmos. A não ser que essa alternativa lhes seja conveniente, por exemplo, ter mais um aliado próximo contra outro grande que lhe faz oposição ou disputa a hegemonia.

Por outro lado, melhorias relativas, mesmo diminutas, tornam-se necessárias beneficiando os próprios países menores e médios, para que se insiram de maneira mais apropriada no concerto global, caso contrário, não poderão adquirir ou fazer uso das próprias mercadorias e tecnologias produzidas pelos altamente industrializados e que necessitam alcançar o maior número de consumidores em todo o mundo.

Cria-se, aqui, igualmente, uma nova dependência tecnológica, mais difícil de ser rompida do que aquela verificada no período colonial, quando a metrópole basicamente lançava mão das armas e da repressão, tanto física quanto religiosa, para subjugar a população local, por exemplo através das inquisições,

no Brasil e no resto da América Latina, e cujas memórias podem ser encontradas no Museu da Inquisição em Lima/Peru.

As diferenças de poderes em tempos outrora eram, de forma rotineira, marcadas pelo tamanho das forças armadas, pelo uso da força e da violência, das armas e das conquistas, mantendo os dominados sob sua dependência, ainda que essa última não tenha desaparecido.

Embora reconheçamos a importância de um aprofundamento sobre o tema da dependência, não vamos nesta ocasião, tecer comentários mais do que os necessários para o enquadramento de nosso texto. Basta chamarmos atenção para o fato de que pensadores importantes que abordaram o assunto, sob diferentes perspectivas, como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e outros como Andrew Gunder Frank ou que focalizam as relações internacionais sob a perspectiva dos imperialismos, do desenvolvimento e do subdesenvolvimento merecem atenção daqueles interessados em um entendimento mais completo das relações internacionais e sobre as desigualdades que se perenizam entre os países industrializados e os considerados periféricos. Entre outras poderiam aqui ser lembradas as obras recentes de estudiosas como Angelita Matos Souza e Virginia Fontes e que o leitor poderá facilmente encontrar.

Para os nossos interesses, no contexto atual onde se considera os países numa relação de interdependência em um mundo globalizado, tal interdependência tem se caracterizado por uma relação desigual, e que deveria ser substituída. Foi assim que interpretava o mundo o então chanceler Azeredo da Silveira do Governo Ernesto Geisel, em conferência pronunciada em 1975 na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, onde expunha as diretrizes da política externa brasileira, e que espelha a realidade internacional.

“A interdependência não pode impor limites ao processo de desenvolvimento dos países menos avançados ou condená-los a um insolúvel círculo vicioso socioeconômico. Não deve ser caracterizada como vertical. Esta é uma interdependência baseada na subordinação, e não na coordenação, e encontra suas raízes numa divisão internacional de trabalho obsoleta, que força os países em desenvolvimento a se especializarem como fornecedores de matérias-primas e clientes da produção de maior densidade tecnológica dos países industrializados, impedindo-os de ascenderem a uma genuína independência econômica. O que se busca, portanto, é substituir essa interdependência vertical por uma interdependência horizontal, baseada na cooperação e em oportunidades econômicas equitativas. A interdependência vertical se funda na institucionalização da desigualdade, e passa pela dependência; a horizontal supõe a igualdade, e parte da independência. A primeira implica num processo de marginalização não somente econômica, mas política.

Nessa perspectiva, o principal hiato a ser transposto não é o da renda, mas o que poderíamos chamar de o hiato decisório, que segrega os países hoje relativamente carentes de recursos financeiros e naturais dos processos decisórios de caráter global.” (Azeredo da Silveira, 1974, p. 40)

Torna-se então pertinente afirmar que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, em ciência e tecnologia converteram-se elementos cada vez mais importantes e que perpetuam essa interdependência vertical, muito mais difícil de ser superada do que em épocas pretéritas.

No cotidiano observa-se que, independentemente das colorações políticas e ideológicas dos distintos países, determinados produtos são de uso comum em todos os recantos do mundo, como os *softwares* e computadores ou produtos da indústria farmacêutica. Estas últimas, por sua vez, agem de maneira não condizente para resolver os graves problemas de saúde em todo o mundo, conforme frequentemente se denuncia, visando quase que tão somente auferir o máximo de lucros possível. (MSF, 2019)

Todavia, não se pode afirmar que apenas a visão de conflito tenha permeado a História. Rotineiramente, temos observado a guerra e a paz, caminhando simultaneamente, *pari passu*, da mesma forma que a cooperação igualmente também sempre existiu ao lado do conflito. Mas a perspectiva de paz nunca se apresentou de forma duradoura em nenhum dos continentes, fazendo com que as políticas de cooperação e integração não tenham atingido ainda o nível que poderia ser considerado ideal, onde a vertente conflitiva fosse definitivamente colocada de lado.

A literatura e os projetos de paz perpétua, há séculos apregoados, parecem não ter sensibilizado os dirigentes nacionais dos diversos Estados, mais preocupados com sua segurança e desenvolvimento individuais, investindo na indústria de guerra, para manter suas soberanias e proteger seus territórios e populações, mesmo contra seus vizinhos. Mais do que nunca, a visão conspirativa que sempre prevaleceu nas relações entre as nações, ainda hoje se encontra presente no cálculo dos governantes, porque se parte do pressuposto que o amigo e aliado de hoje pode ser o inimigo de amanhã. Por isso, a preocupação dos países com suas Forças Armadas, com investimentos e procurando da melhor forma possível a modernização de seus equipamentos militares.

## **Brasil: ambições e expectativas**

Historicamente, sempre houve uma ordem mundial em que um grande país, uma dupla ou um grupo reduzido de nações estabeleceu e ditou as regras a serem seguidas pelos demais.

Como relembra Aron (1982:10)

“Da mesma forma que um sistema de partidos, um sistema internacional só comporta um número limitado de atores. Quando este número aumenta (há uma centena de Estados nas Nações Unidas (em 1961), o número dos atores principais não aumenta proporcionalmente e as vezes não aumenta de todo. (...) A estrutura dos sistemas internacionais é sempre oligopolística. Os atores principais determinam, em cada época, como deve ser o sistema muito mais do que são determinados por ele. Basta uma transformação do regime dentro de uma das potências principais para que mude o estilo e até mesmo o rumo das relações internacionais”. (Aron, 1982, p. 10)

Se os países menores não acatam no todo as regras ditadas pelos grandes atores, por outro lado nunca apresentaram ou detiveram condições efetivas para derrubá-las de imediato. Podem contestá-las, mas sem capacidades e competências para tomar o seu lugar ou substituí-las por algo diferente que lhes seja favorável, conforme já expusemos algumas páginas atrás. São relações desiguais, mas que têm perdurado ao longo dos anos, sem expectativas de grandes ou abruptas mudanças.

No decorrer do tempo, além dos problemas domésticos e alterações no cenário global, algumas dessas grandes nações foram substituídas, dando lugar a um novo país hegemônico. Interpretação nessa direção pode ser encontrada por exemplo, em obra de Paul Kennedy, anteriormente citada, que discorre sobre os últimos séculos.

No pós-Segunda Guerra, os Estados Unidos da América, considerado o grande país do mundo ocidental, liderou as políticas mundiais, ao lado da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Com a derrocada do império do Kremlin, e a criação de novos cenários, fundamentalmente, no aspecto econômico, o Japão que nos anos 1980 despontava como uma das possíveis lideranças internacionais perdeu fôlego, embora seja e continue sendo importante, ao mesmo tempo que a ascensão da República Popular da China, ao lado do grupo dos países europeus e da Rússia, passasse a se

converter nos quatro principais atores do cenário global. Algumas projeções, todavia, indicam que países como Brasil terá tendência a se tornar importante na próxima década, sobretudo se souber aproveitar seus recursos naturais relacionados com biocombustíveis, meio ambiente e o setor agroexportador.

Em termos estratégico-militares, nações possuidoras de tecnologia nuclear, igualmente, desempenham papel de realce no contexto internacional, mas limitadas a essa vertente relativa à segurança. Mas, e por causa disso, se encontram em parte invulneráveis de ataques por parte de outros detentores dos mesmos equipamentos.

Ainda que haja ameaças frequentes de uso de armamentos nucleares, por países como a Rússia e a Coreia do Norte afirmando estar prontos para guerra dessa natureza, a probabilidade que tal fato aconteça é reduzida. Consideradas armas de dissuasão, não poderiam ser utilizadas em confrontos rotineiros, a não ser que um Estado considere que sua soberania e integridade estejam seriamente ameaçadas, porque, se iniciados, teriam como resultado final dois lados perdedores, uma vez que nenhum país é completamente invulnerável e com segurança absoluta. Mesmo assim, Rússia e Alemanha continuam investindo e declarando estarem preparadas para um conflito de maior envergadura.

Apesar de importantes, nem sempre países nuclearizados conseguem jogar papel parelho nos níveis econômicos e políticos com atores da magnitude de Washington e Pequim.

Estes últimos ocupam lugar especial na constelação mundial de poder, já que são detentores de todos os elementos necessários para serem caracterizados como grandes ou super potências, portanto, encontram-se em patamar superior aos demais. Dentre tais fatores de poder do Estado, poderiam aqui ser mencionados, o território, a população, as Forças Armadas, recursos naturais, capacidade econômica, grande avanço tecnológico e possibilidade de atuação global.

Aos demais países, qual o espaço que poderiam ocupar nesse cenário altamente competitivo, e que tipo de perspectiva lhes cabe no sistema internacional? Se a retrospectiva histórica fizer jus ao que costumeiramente tem se verificado, a visão que se lhes apresenta pode não ser tão animadora quanto

os governantes dos países periféricos ou secundários apregoam no âmbito doméstico.

Para muitos desses, bastaria a vontade nacional para quebrar a eterna dependência entre grandes e pequenos, entre ricos e pobres. Contudo, não é isto que se tem observado, ainda que em alguns casos, melhorias significativas possam ser constatadas nas condições sociais e econômicas, como nos casos de Bangladesh, Vietnã e da Indonésia, com a redução de índices de pobreza nas últimas décadas. Em Bangladesh, cerca de 30 milhões de pessoas foram retiradas da pobreza extrema desde 1990, enquanto no Vietnã reduziu-se em 98% as pessoas em condições precárias nos últimos 40 anos, número significativo igualmente apresentado pela Indonésia que melhorou as condições de cerca de 100 milhões de habitantes desde 1990. (Fucs, 2024; Fucs, 2024a; Fucs, 2024b)

No exemplo que mais de perto nos interessa, e pelas características de país sempre secundário no concerto mais amplo, o Estado brasileiro pode ser utilizado como um caso a ser estudado e verificar suas demandas e capacidades para romper a ordem internacional que sempre considerou injusta.

Na realidade, a postura brasileira nunca foi a de buscar a reestruturação do sistema internacional como um todo, distribuindo poderes e influências de forma equânime para os demais membros da comunidade, mas sim o de reivindicar para si papel de importância maior, isto é, uma concepção revisionista da ordem mundial, como entendida no parágrafo a seguir.

Nas palavras do embaixador Ronaldo Sardenberg, ex-ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (1995-1998) e ministro da Ciência e Tecnologia (1999-2002), em cada período histórico, caracterizado como uma macroestrutura,

“(…) podem se distinguir esquematicamente dois pares de antinomias fundamentais, a saber: Estados conservadores e Estados revisionistas; e Estados tradicionais e Estados revolucionários. Os Estados conservadores e os tradicionais, embora possam diferir em seus métodos de ação internacional, frequentemente se aliam, se superpõem e se identificam uns com os outros, enquanto os Estados revisionistas e os revolucionários têm diferentes ordens de preocupação. Os revisionistas querem, normalmente, apenas modificar uma situação política ou estratégica que lhes é desfavorável, sem questionar os traços fundamentais da macroestrutura vigente. Os revolucionários desejam provocar a transformação radical da ordem internacional em uma nova e inédita macroestrutura”. (Sardenberg, 1982, p. 32)

A democratização do sistema internacional sempre foi um recurso retórico do governo brasileiro para conseguir apoio dos países menores, como os vizinhos do subcontinente sul-americano ou do outro lado do Oceano Atlântico, motivo pelo qual se investiu na abertura de novas legações e embaixadas sobretudo no continente africano. Entre 2003 e 2008, o governo Lula aumentou em 35 o número de embaixadas. A justificativa, segundo o então chanceler Celso Amorim é que

“a criação de embaixadas, ou representações, cria uma atmosfera dinâmica que propicia negociação e comércio”. Mas também considerava outros aspectos: “Um é o político, pela maior inserção brasileira e conquista de votos em organismos internacionais. Outro é o de segurança, já que a presença de países mais desenvolvidos serviria como fator inibidor, por exemplo, da expansão do narcotráfico em países da América Central e do Caribe.” (Folha de S. Paulo, 2009).

Pelo menos desde a década de 1920 o Brasil é visto como uma potência média ou regional. Com essa perspectiva, reivindicou lugar como membro permanente no Conselho de Segurança da recém-criada Liga ou Sociedade das Nações no imediato pós Primeira Guerra Mundial. Ao não ver atendidas suas pretensões, preferiu afastar-se da mesma (Santos, 1996; Garcia, 2000). Três gerações depois, passou a repetir, com certa insistência, a necessidade de reformulação da outra que substituiu a Liga, e que lhe sucedeu com maior sucesso, ou seja, a Organização das Nações Unidas desde que foi criada com a Carta de São Francisco em 24 de outubro de 1945.

No governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) essa demanda fazia-se presente, repetida no mandato de Itamar Franco (1992-1994). Nos dois períodos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) essa reclamação converteu-se em uma das atenções maiores da política externa brasileira, e que passou a ser lembrada no terceiro ciclo desse governante a partir de 2023.

Essa reivindicação que abarca uma centena de anos da política internacional brasileira nunca foi atendida, embora em oportunidades diversas, nos últimos 30 anos, as grandes potências manifestassem a necessidade de se atender às novas configurações e realidades do poder mundial e tornar a ONU mais representativa e democrática.

Mais recentemente, tal discurso pode ser observado, por exemplo, na Cúpula do Rio de Janeiro, na reunião do G20, em fevereiro de 2024. Nesse encontro o secretário de Estado dos Estados Unidos da América Antony Blinken prometeu acelerar a reforma do Conselho de Segurança da ONU, já prometida

pelo presidente Joe Biden. Igualmente, nessa mesma oportunidade, Joseph Borrel, representante da União Europeia, dizia que era necessário ampliar instituições multilaterais como o Conselho de Segurança. (Frazão, 2024).

Em busca dessa vaga, o presidente Lula continua insistindo, como fez recentemente na cúpula do Brics, realizada em Johannesburgo, propondo a expansão desse último em troca dos votos de membros dessa entidade para que o Brasil passe a ocupar um novo assento no CS-ONU. (Frazão, 2024b)

Todavia, a não concretização dessa demanda é perfeitamente compreensível, porque reestruturar a entidade, significaria incorporar um número maior de atores e que representem todos os continentes, critérios sobre os quais as grandes potências não chegam a um denominador comum. Esse mesmo problema permeia a política externa dos diversos países das próprias regiões interessadas, com vários governos desejando ocupar tal posição.

Por outro lado, em várias ocasiões, o Brasil também procurou por si só, através de suas próprias potencialidades e ambições, alçar à categoria de grande ator das relações internacionais.

No regime militar (1964-1985), no governo do general Emílio Garrastazu Medici, falou-se no projeto de Brasil Potência até o ano 2000, no *Plano de Metas e Bases para a ação do Governo* divulgado em 1970 (Presidência da República, 1971). Foi o período conhecido como o do 'milagre econômico', com crescimento considerável do Produto Interno Brasileiro, através de injeções de crédito e empréstimos externos. Findo esse governo em 1974, e diante das divergências internas no estabelecimento militar, e de alterações na conduta da economia nacional, no *II Plano Nacional de Desenvolvimento* então sob o governo do general Ernesto Geisel alterou-se o sonho e a ambição de grande potência, categorizando o país como potência emergente, quando também foi afetado pelas mudanças bruscas no cenário internacional com a primeira crise do petróleo em 1973. (Presidência da República, s/d.)

Essa década de 1970, quando se falou no projeto de Brasil Grande, o país foi intensamente criticado no continente, sobretudo na Argentina, através da revista *Estratégia*, publicada entre maio de 1969 e agosto de 1980, e dirigida pelo general de reserva Juan Enrique Guglielmelli. Nos artigos publicados em tal periódico, bem como na literatura produzida seja no Uruguai, no Paraguai e na

Bolívia, o Brasil passou a ser visto como imperialista, subimperialista ou gendarme continental a serviço dos Estados Unidos da América.

Eram análises que entendiam ser a geopolítica a orientadora da atuação brasileira na região, apoiada em autores clássicos do pensamento nacional como Mário Travassos nos anos 1930, generais Golbery do Couto e Silva nos anos 1950 e Carlos de Meira Mattos, anos 1970, assim como Therezinha de Castro desde os anos 1950.

A política externa brasileira, sob o regime militar teria, então, um único objetivo, qual seja ser hegemônico na América do Sul, e a própria construção da barragem de Itaipu no rio Paraná seria parte dessa estratégia ancorada nas concepções geopolíticas desses autores ora mencionados. Não se pode esquecer ainda a assinatura do acordo que previa a transferência de tecnologia nuclear assinado pelo Brasil com a República Federal da Alemanha em 1975 e que serviu de motivos para intensas críticas argentinas aos propósitos brasileiros, cujo objetivo seria construir bombas atômicas.

A partir dos anos 1990 igualmente propôs-se a um protagonismo maior, participando das Missões e Operações da Paz, em diversas regiões, tanto na África, na América Central como no Timor Leste. Eram oportunidades para apresentar-se como um país atento aos conflitos internacionais e ao assim fazer, estando presente em operações dessa natureza, estaria se comportando como grande liderança para resolver problemas de gravidade em questões humanitárias e que afetam sobretudo as populações civis. Postura semelhante tem sido, inclusive, adotada atualmente pelo atual governo Lula, mostrando-se disposto a mediar grandes conflitos como os do Oriente Médio na faixa de Gaza e a guerra russo-ucraniana.

### **América do Sul: divergências externas e internas**

Provavelmente a primeira coisa a se fazer ao nos referirmos à América Latina é que não a podemos considerá-la ou classificá-la como um todo uniforme. De fato, são inúmeras as categorias e divisões que poderíamos adotar para que seja possível estudá-la de forma um pouco mais rigorosa, mas nem por isso completamente imparcial ou exata. Tarefa difícil, senão impossível, uma vez que cada intérprete que assim pretenda agir, está permeado com suas próprias

concepções de mundo em termos históricos, políticos, culturais e ideológicos. Logo, uma análise voltada para entender a América Latina refletirá essas nuances que interferirão em uma possível neutralidade sobre o objeto visado.

De fato, geograficamente, é possível, ainda que sujeita a erros, como em toda tipologia, também dividir a América do Sul, por exemplo, em três grandes sub-regiões: países platinos do Cone Sul, andinos e amazônicos. Mesmo essa classificação apresenta elementos complicadores, porque não podemos pensar os países isoladamente como membros apenas de cada grupo, excluindo-os dos outros, como é o caso das nações andinas e amazonenses, porque podem pertencer simultaneamente a ambos os blocos, ou seja, apresentam interesses que envolvem as duas regiões simultaneamente e não apenas uma delas de maneira estanque.

Na América Central, o mesmo pode ocorrer, inclusive porque países existem que não são latinos, daí a designação utilizada denominando toda a região abaixo do México como América Latina e Caribe. (Horta, 2021)

Ao lado da língua hispânica, encontramos os idiomas dos antigos países colonizadores: português, francês, inglês e holandês, além é claro dos idiomas/dialetos indígenas. Mesmo hoje, a Guiana Francesa é, ainda, um enclave francês, como departamento do Estado europeu, da mesma forma que as ilhas Malvinas no Atlântico Sul. Situação parecida pode ser lembrada no continente antártico, quando países externos à região se encontram lá baseados.

Sem que haja um acordo sobre como melhor se deve designar toda a região, ainda que sujeito a críticas, a América Latina não deve ser entendida como um bloco uniforme, mas sim como diversas sub-regiões, com características e culturas diferenciadas. Por isso, autores já se debruçaram sobre o tema, considerando a América Latina como inúmeras Américas Latinas (Niedergang, 1962). Na realidade, esse é um tema que tem sido recorrente, há muito tempo, nas interpretações sobre essa parte do Hemisfério Sul. Nada mais natural, portanto, o entendimento de que do Rio Grande para baixo temos uma infinidade de Estados, todos com características e vontades próprias que, na maior parte das vezes, se sobrepõem aos objetivos comuns.

Para nossos interesses, a América do Sul é a parte do continente que será alvo dessas breves considerações. Mesmo assim, deve-se evidenciar que a

região, composta de 12 países, apresenta disparidades acentuadas em termos de domínios territoriais e de idiomas: português, espanhol, inglês, francês e holandês, além dos idiomas indígenas oficiais como quíchua e aymara no Peru e o guarani no Paraguai.

O tema de uma América Latina unida perpassa os séculos, e são inúmeras as propostas que visam dar certa uniformidade às políticas regionais ou para atender interesses comuns em áreas específicas. Embora com enfoques distintos, dependendo das conjunturas, cada uma delas sempre apresentou como elemento orientador a necessidade de uma frente ampla para que a região pudesse se consolidar como unidade com poder ainda que relativo para fazer frente aos demais países ou blocos do Hemisfério Norte, seja as iniciativas envolvendo a América do Norte ou os países europeus. De Simon Bolívar ao início do século XXI não foram poucas as intenções, muitas delas colocadas em prática, mas que nunca chegaram a alcançar o objetivo desejado.

Detendo-nos às décadas mais recentes, iniciativas como as da Associação Latino-americana de Livre-Comércio (ALALC), Associação Latino-americana de Integração (ALADI), protocolos de integração Brasil-Argentina em 1985, ampliado depois como Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), criação do Banco do Sul, a Comunidade Sul-Americana de Nações depois transformada em União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), Sistema Econômico Latino-americano e do Caribe (SELA) nunca conseguiram atender a contento a todos os integrantes. Além dessas, não se deve esquecer as sub-regionais como Tratado da Bacia do Prata, Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), depois Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Pacto Andino/Comunidade Andina, ou a Aliança do Pacífico.

O que se tem observado é a defesa individual das próprias ambições de cada Estado sul-americano. Nem poderia ser de maneira diferente. Afinal de contas, cada país tem suas particularidades, suas dificuldades domésticas e a luta constante entre os diversos grupos e partidos políticos para se assenhorar das rédeas do aparelho administrativo.

Na maior parte das vezes, para os grupos que detêm o poder em certo momento, os problemas de ordem doméstica recebem prioridade acima do

relacionamento de seu país com seu entorno geográfico ou com a comunidade internacional de maneira mais ampla.

Tem sido esta uma tendência rotineira, porque com mandatos de quatro anos, as possibilidades de realizar grandes tarefas em dois níveis, interno e externo, são diminutas. Assim que um grupo assume o poder já se prepara para disputar as próximas eleições, deixando espaço mais restrito para grandes políticas no plano internacional, afetando e prejudicando assim as próprias políticas regionais de cooperação e integração. Essas últimas são mais morosas para se efetivar desde o momento em que sejam assinadas as cartas de intenção e constituição de blocos, porque afetam interesses dos diversos atores de cada país, como os ligados às atividades agrícolas, industriais, de serviços, etc., e difíceis de concretizar no mesmo mandato.

Embora, possam ter algumas afinidades pela localização geográfica, nem por isso, tal motivo tem sido suficiente ou levado em consideração para aprofundar relacionamentos mais amplos e duradouros. Quando o fazem, atendem tão somente determinadas conjunturas que se mostram favoráveis a dois ou mais parceiros.

De resto, cada um dos países sul-americanos tem enfrentado seus próprios desafios internos, que recebem prioridade sobre os interesses coletivos regionais. Ainda que firmem acordos e tratados nem mesmo isso se torna garantia suficiente para que sejam integralmente respeitados e acatados de forma coletiva.

O Mercado Comum do Sul é um bom exemplo nessa direção. Desde a criação, abarcando inicialmente quatro países, constantes foram as divergências com os respectivos governos defendendo os interesses de seus agentes domésticos, sejam empresariais, industriais ou agrícolas. Ao mesmo tempo que o MERCOSUL entabula negociações com a União Europeia, as mudanças no cenário interno de cada país influenciam as políticas que afetam o bloco. Exemplo é o fato de o Uruguai procurar negociações com a China, fora do MERCOSUL. Era o que enfatizava o chanceler uruguaio Omar Paganini ao dizer que “como já afirmamos, é essencial que o Uruguai garanta acesso preferencial às economias mais dinâmicas do mundo”, considerando que blocos como o Mercosul perdem espaço em detrimento dos acordos bilaterais entre os diversos países. (Petrovna, 2023).

Mas as diferenças entre os parceiros sul-americanos não se restringem a questões econômicas e comerciais. Mesmos os problemas relacionados com a definição das fronteiras são constantemente lembrados, e que se convertem em motivos de tensão. Nos anos 1990, foram frequentes os embates entre os governos equatoriano e peruano sobre problemas de limites ocasionando o que ficou conhecido como a guerra do Cenepa. (Herz & Nogueira, 2016).

O mesmo pode ser dito, recentemente, quando a velha temática sobre o território de Essequibo foi colocada em pauta, tendo a Venezuela, após um plebiscito doméstico decidido incorporar tal território aos seus domínios.

Esse problema, de origem antiga, bem como todos os outros que envolvem questões fronteiriças nas Américas do Sul e Central, afeta também os interesses brasileiros, porque para a Venezuela alcançar e ocupar Essequibo teria que passar pelo estado de Roraima. Tal fato seguramente, não teria concordância de Brasília, ainda que ideologicamente sempre tenha apoiado e mostrado simpatias com os governos de Hugo Chaves e Nicolás Maduro. A essa probabilidade está atento o governo brasileiro, quando o ministro da Defesa José Múcio Monteiro declarou em novembro de 2023 que “o reforço do Exército Brasileiro a Paracaima tem o objetivo de evitar qualquer trânsito de militares venezuelanos pelo território brasileiro” (Ferreira & Spotorno, 2023).

Por sua vez, a Guiana frente às investidas da Venezuela solicitou ajuda dos Estados Unidos da América, fazendo com que Maduro declarasse se sentir ameaçado (OESP, 2024).

É bem verdade, também, que, ultimamente Brasília e Caracas tenham se desentendido porque o governo brasileiro, em face dos acontecimentos envolvendo as eleições de julho, e pressionado pelos baixos índices de aprovação da administração, resolveu criticar o processo eleitoral venezuelano, recebendo fortes ressalvas do governo de Maduro. (OESP, 2024 a) Tal fato ocorreu porque Maduro chegou a propor uma lei antifascista para impugnar candidaturas contrárias ao seu governo, como Maria Corina Machado, impedida de exercer cargos públicos por 15 anos por decisão da Controladoria de Justiça em junho de 2023, fazendo com que não apenas o governo Lula, mas também de outros países da região criticassem as medidas políticas assumidas por Maduro. Mas antes, em ocasiões diversas, o presidente Lula defendeu Maduro

e criticou a oposição venezuelana que, segundo ele, chorava em vez de competir, citando seu próprio exemplo quando esteve preso. (Frazão, 2024a)

No que diz respeito às divergências entre Venezuela e Guiana, ambos os lados, como sói acontecer em questões dessa natureza, advogam o legítimo direito ao território de Essequibo. Segundo Caracas é legítima a reivindicação de Essequibo, porque este fazia parte da Venezuela quando se tornou independente da Espanha. (Pires, 2023)

O contencioso guiano-venezuelano trouxe, por outro lado, dois novos problemas. O primeiro foi o aumento e preocupação do papel de outros países na região, como a presença militar dos Estados Unidos da América, ao fazer operações com a Guiana (Gomes, 2024). O segundo diz respeito à defesa e segurança brasileiras naquela parte do continente. Após o plebiscito feito pela Venezuela anexando o Essequibo, o governo brasileiro passou a se preocupar com o agravamento da situação junto às suas fronteiras e anunciando de imediato que enviaria 20 blindados para a região (Gugliano, 2023). Poucos dias depois, no dia 15 de dezembro, já havia informação de que o Exército estava transferindo dezenas de mísseis anticarro-SS 1.2 AC. (Godoy, 2023). Não apenas isso, mas considerando a gravidade do conflito, o Brasil passou a intensificar sua presença na região, investindo fortemente em equipamentos militares no que considerou grave ameaça a segurança nacional (Godoy, 2024).

Ao lado dos problemas relacionados estritamente com a incorporação ou não de Essequibo pela Venezuela, coloca-se, ao mesmo o uso dos recursos naturais da região. Daí, motivos que servem para aumentar a fricção tanto entre os dois contendores, como também os interesses brasileiros. (Toma-Garcia, 2023; Aguiar, 2016; Vasconcelos, 2014).

Autoridades brasileiras inclusive chegaram a se referir ao problema da extração de petróleo pela Guiana. O ministro das Minas e Energia brasileiro Alexandre Silveira ao defender a exploração de petróleo na margem equatorial, ao mesmo tempo que criticava o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para conceder licença para as atividades, dizia no dia 27 de maio do corrente ano que “enquanto o Brasil está na fase de pesquisa, a Guiana está ‘chupando de canudinho’ o petróleo do País”. (Monteiro, 2024) Por sua vez, o governo da Guiana pediu esclarecimentos sobre as declarações de Silveira, considerando-as lamentáveis.

Outro problema relacionado às fronteiras diz respeito à condição de país mediterrâneo boliviano. Reclamação constante, que faz parte da agenda permanente da Bolívia, é a saída para o mar, perdida pelo país na Guerra do Pacífico envolvendo Chile, Bolívia e Peru (1879-1884). Desde então o governo boliviano reclama acesso direto ao mar, como costumava fazer o ex-presidente Evo Morales. A demanda boliviana inclusive foi levada ao Tribunal de Haia em 2015 que decidiu 3 anos depois em outubro de 2018, que o Chile não tem obrigação de ceder ou negociar saída para o mar para a Bolívia. (Ferrer, 2015; Sampaio, 2018; Deutsche Welle, 2018). Evo Morales inclusive criticava também o Brasil por causa do atual estado do Acre, que, segundo ele, foi roubado do território boliviano e trocado por um cavalo.

Entre Brasil e Uruguai, o problema de limites fronteiriços também foi levantado, agora no corrente ano, quando Montevideo estaria propensa a reivindicar a posse de Tomaz Albornoz e a Ilha Brasileira.

Outros exemplos poderiam aqui ser lembrados, mas que apenas reforçariam a ideia de que a concepção de Estado Nacional e de soberania são os elementos mais importantes que permeiam as políticas de todos os países do continente, como aliás ocorre em todo o mundo. Atualmente, existem pelo menos dez divergências sobre limites territoriais nas Américas do Sul e Central envolvendo países como Chile e Bolívia, Chile e Argentina, Belize e Guatemala, ou Honduras, El Salvador e Nicarágua em torno do Golfo de Fonseca. (Costa & Tombesi, 2022)

Nada mais natural que isso ocorra, porque o discurso sobre a globalização dos anos 1990, advogando o fim do Estado-Nação, apenas atendia aos interesses econômicos das grandes corporações mundiais, ansiosas para entrar em domínios outros além de suas matrizes, sem que obstáculos maiores afetassem seus negócios.

Em nome da interdependência e da globalização, o Estado Nação basicamente perderia seu papel de agente mais importante das Relações Internacionais, cedendo lugar às corporações, como já ponderava autor nos anos 1980 ao mencionar o surgimento do Estado empresário. (Rosecrance, 1986).

De fato, não se pode negar que os interesses econômico-financeiros atrelados ao Estado fazem com que sejam mais importantes que os próprios

governos, já que estes últimos atendem fundamentalmente as necessidades das empresas de seu país, lançando mão de protecionismos, no processo de internacionalização, em um mundo altamente competitivo.

Para isso, igualmente, são dotados de poderosa máquina de guerra, para impor suas vontades, quando os mecanismos mais discretos se mostram ineficientes, seja nas organizações internacionais, seja em foros limitados, elencando uma série de ameaças ao modelo político dominante, sobretudo no Ocidente, e em nome desse, procedem as intervenções movimentando a indústria bélica, que, por sua vez, incorpora massa expressiva de recursos financeiros e humanos, tornando-se o negócio mais rentável do mundo.

No contexto mais amplo das relações internacionais e do intercâmbio regional é assim que se comportam países como Brasil e os demais do entorno, independentemente das diferenças políticas e/ou ideológicas, que permeiam o relacionamento bilateral ou multilateral.

A defesa dos interesses nacionais, destarte, se coloca como elemento principal quando se trata de atuar no âmbito externo. No embate interno, digladiam-se setores agroexportador e industrial, financeiro e empresariais, etc. Daí uma das dificuldades quando se aborda ou se advoga o avanço mais rápido em processos de cooperação e integração, ao mesmo tempo que se verifica a tomada de posição individual de cada país da região procurando atender suas próprias expectativas e necessidades.

A outra faceta que se verifica é a própria existência de divergências difíceis de superar no contexto doméstico de cada país, cada um procurando, à sua maneira e dentro de suas possibilidades, controlar os óbices, em nome de uma governabilidade que se torna cada vez mais complicada. Mesmo porque as negociações internas implicam em grande número de vezes na repartição do butim orçamentário e dos cargos da administração para cada um dos grupos envolvidos com a máquina governamental e sequiosos para obter o máximo possível de vantagens para seus membros.

No caso brasileiro esse comportamento parece ter sido constante no decorrer da História nacional, pelo menos nos últimos 150 anos. Basta lermos, por exemplo, as crônicas publicadas na *Semana Ilustrada* da imprensa do Rio de Janeiro, no século XIX no período do Império. Nelas, em breves notas o Dr. Semana, pseudônimo adotado pelo escritor Machado de Assis, mostrava

indignação e tecia críticas ao *modus operandi* dos políticos. Em 13 de abril de 1873 ao comentar discurso de parlamentar sobre as disputas políticas no Ceará, Dr. Semana escrevia: “Partilha dos cargos públicos! Então toda a política é isso? Organizam-se os partidos, nascem as facções, unicamente para saber quem há de ter a caixa? Francamente não me parece que isto seja inglês.” (Machado de Assis, 2019)

Em termos amplos, as disputas domésticas de poder nos países da região se dão, basicamente, em quatro modalidades: grupos tradicionais batendo-se entre si e procurando manter ou retirar o outro do poder; grupos tradicionais contra novos grupos e arranjos; novas lideranças disputando entre si; tendências ideológicas distintas, ou seja, a direita contra a esquerda. Em qualquer dessas circunstâncias, a dificuldade em governar se torna cada vez mais premente, já que um partido/coalizão que vence as eleições majoritárias, não necessariamente obtêm maioria nas casas legislativas, obrigando o governo a negociar cedendo cargos e recursos, muitas vezes descaracterizando suas propostas e programa apresentados quando disputavam as eleições.

No Brasil é claramente percebida as disputas desde o final do regime militar (1964-1985). No primeiro momento, a coalizão que pôs fim à ditadura contra um de seus representantes; em 1989, a disputa entre um novo ator (Partido dos Trabalhadores) contra um representante da velha oligarquia; depois, nas próximas 4 eleições de 1994 a 2012, digladiaram entre si o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); com a perda de mandato da então presidente Dilma Rousseff em 2016 (continuada por Michel Temer até 2018, a concorrência eleitoral seguinte se deu entre o PT e uma coalizão representada por grupo conservador liderada por Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), com este último vencedor; no atual governo também se manteve no pleito a mesma disputa entre os dois grupos com a vitória do PT (2023-...).

Em todos os momentos, o acirramento das posturas políticas do perdedor foi sempre no sentido de dificultar o máximo possível a administração governamental, com pesadas críticas e com pedidos frequentes de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e de impedimento do mandatário. Verifica-se, por exemplo, a negativa do PT em assinar a Constituição de 1988, o Plano Real, de 1994, além de solicitações frequentes de impeachment do presidente

Fernando Henrique Cardoso nos anos 1990; da mesma forma, os mecanismos e recursos utilizados para cassar o mandato de Dilma Rousseff em 2016.

Na Argentina, desde os anos 1990, o país passou por dificuldades crescentes, seja com Saul Menem, Nestor Kirchner, Cristina Kirchner até o atual presidente Javier Milei vencedor do recente pleito em 2024. Ao se verificar os grupos e correntes políticas e ideológicas desses candidatos, pode-se ver que se adequam perfeitamente aos 4 modelos anteriormente citados.

No Chile, Equador, Colômbia e Peru o mesmo se sucede, igualmente se verificando nos casos boliviano e venezuelano. Na Bolívia, a deposição de Evo Morales em 2019 e seu sucessor Luís Arce por ele apoiado parecem não ter chegado a um acordo sobre o futuro do Movimento ao Socialismo ao qual pertencem e às disputas eleitorais em 2025. Esses problemas resultaram inclusive em tentativa de golpe de Estado no dia 24 de junho de 2024, culminando com a prisão do general Juan Jose Zuñiga, ex-comandante do Exército, contrário à volta de Evo Morales ao cenário político e que criticou então o presidente Arce de encenar um autogolpe, com finalidades promocionais. Assim, a esquerda que durante anos esteve no poder, com Morales em 3 mandatos de 2006 a 2019, indicam como é difícil pensar em um projeto comum partidário, o que mostra que, acima de tudo, prevalecem as aspirações pessoais e das facções ou grupos a que pertencem, e das quais não abrem mão, já que se trata de controle do aparato estatal.

Na Colômbia, a disputa entre facções das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) tem levado a confrontos para controlar a região do departamento de Arauca junto à fronteira da Venezuela, por onde ocorre o tráfico de drogas e de migrantes. No Peru, denúncias sobre enriquecimento ilícito serviu de motivo para que o Ministério Público pedisse a destituição da presidente Dina Boluaerte, solicitação rejeitada pelo Congresso Nacional.

O denominador comum entre todas as situações é que os governos, com exceção do modelo venezuelano e do caso peruano, nenhum deles conseguiu se sustentar durante mais de dois mandatos sequenciais, impedindo que suas propostas eleitorais fossem cumpridas. São as dificuldades encontradas pelo presidente chileno Gabriel Boris, eleito em 2021 e que depois de certo otimismo

tem se defrontado com problemas constantes, não conseguindo aprovar a modificação da Constituição outorgada ainda no governo de Ernesto Pinochet.

O que se verifica, assim, é que a falta de continuidade de mandatos de um grupo nunca conseguiu fazer com que durante período relativamente elástico fosse capaz de implementar programas de maior envergadura, em nome de um projeto nacional que caminhasse em nível ascendente e duradouro.

No plano doméstico, nas duas últimas gerações, pode-se afirmar que não apenas não conseguiram equacionar os problemas nacionais, como ao não conseguir aprovar ou firmar um projeto nacional que abarcasse todos ou a grande maioria de setores da sociedade, limitaram-se tão somente a alcançar e/ou manter-se no poder, lançando mão de recursos judiciais para destituir ou impedir o prosseguimento de mandatos daqueles que foram eleitos.

Não conseguir atender as diversas demandas da sociedade, desde problemas relacionados ao emprego/desemprego, aumentos salariais, questões previdenciárias e enfrentando greves e paralisações, tudo isso em conjunto sempre contribuiu para que as administrações não tenham se demonstrado capazes de solucionar essas reivindicações, como também de elaborar planos para médio e longo prazos, em face da premência e necessidade de concorrer e tentar ganhar as próximas eleições.

Certamente cada tema aqui mencionado neste item pode ser objeto de longos trabalhos e análises, tanto sobre cada país, bem como sobre o relacionamento bilateral e multilateral envolvendo as sub-regiões. Vale ainda chamar atenção para o fato de que divergências mais acentuadas de um país com o vizinho, como o problema das fronteiras, chegando ao uso das armas, pode ser um expediente utilizado pelos governos para desviar a atenção dos graves problemas que afetam sua administração, apelando para a necessidade da unidade nacional, frente a um inimigo comum.

### **Possibilidades e limites da ascensão internacional: o continente e o resto do mundo**

Aumentar suas capacidades nacionais em todos os níveis sejam eles os fatores econômicos, militares ou tecnológicos são, entre outras variáveis, cruciais para se poder reivindicar um assento ao lado das grandes potências.

Se, de um lado, isso é um dado importante, sem o qual não se pode esperar convites para fazer parte do seleto clube dos que formatam e mandam no cenário global, não é, por si só, fator determinante e automático para ocupar, por exemplo, uma vaga como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS-ONU).

O elemento mais importante é o reconhecimento de suas competências por parte dos demais e que uma mudança de status é importante e necessária na configuração da ordem mundial, e, para isso, aumentar a presença de outros atores no topo da pirâmide. Ou seja, há necessidade de contar com a anuência dos demais para subir na escala e, sem a qual, permanecerá onde está.

O rompimento unilateral, seja pelas vias diplomáticas, seja pela força, na tentativa de se fazer mais presente, certamente não tem os resultados esperados, como a história está cansada de comprovar.

Basta aqui, tomar como exemplo a ambição do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2008 em entrar no Grupo dos 8 (G8), afirmando em alto e bom tom, que entraria nem que tivesse que meter o pé e arrombar a porta. A resposta da chanceler alemã, Ângela Merkel, dizendo que não se estava pensando em reestruturar o G8, serviu para arrefecer e eliminar a pretensão brasileira, que passou a se voltar para outras instâncias como o Grupo dos 20 (G20).

A estrutura do sistema internacional tem se mantido rígida ao longo do tempo. Por exemplo, a composição do Conselho de Segurança da ONU, subsiste desde a Carta de São Francisco de 1945, quando se criou a entidade. Desde então, não foram poucas as oportunidades em que surgiram demandas para alterar sua composição, em face dos novos tempos e conjunturas.

Ainda que a Rússia ou os Estados Unidos da América vez ou outra, de forma um tanto tímida, levante a possibilidade de reestruturar a mesma, em pouco tempo cai em esquecimento, quando a França, Inglaterra ou a China levantam algum obstáculo. Alguns pontos costumam ser apresentados, como definir os critérios para eleger os novos parceiros, de que continente e qual o número mais adequado.

Além do mais, que tipo de país poderia ser escolhido, já que a afinidade maior com ou outro dos cinco membros originais poderia desequilibrar decisões que interessam a um e não a outro. Por isso, as chances de que algum país da

América Latina ocupe um lugar como membro permanente do CS-ONU ainda levará algum tempo que exigirá negociações entre parceiros como Brasil, Argentina e Colômbia que já manifestaram em várias oportunidades pretensões a ocupar tal vaga em caso de reestruturação da entidade.

Em termos históricos, o Brasil e a América Latina estão longe de desempenhar papel de realce no contexto internacional. A importância relativa creditada a esses países tem sua razão de ser. Ainda que façam parte de uma estrutura mais ampla das Relações Internacionais sua capacidade econômica e de intervenção nos grandes negócios da agenda mundial tem sido mais restrita do que poderia esperar.

No plano econômico, as negociações que envolvem, por exemplo, a América do Sul no comércio mundial correspondem a apenas 2% das transações globais. Essa situação já pode ser observada na primeira década deste século (Cacciamali e outros, 2012). Até mesmo o intercâmbio entre os próprios países locais tem se apresentado de forma modesta, sendo que apenas 14% dos bens produzidos na América Latina são negociados dentro da própria região, cifra considerada a mais baixa em todo o mundo comparada com grupos semelhantes. (The Economist, 2024). Os países ocupam papel modesto na geração de novas tecnologias, sobretudo de alto impacto para o desenvolvimento nacional e global, apresentam-se menos competitivos, e jogam papel secundário em ciência e tecnologia e pesquisa e desenvolvimento.

Serviços básicos em saúde, saneamento, educação e cuidados com o meio ambiente, estão muito distantes do desejado, além dos processos inflacionários. Alie-se a isso, outras variáveis negativas que tem afligido todo o continente, como a corrupção que se enraíza cada vez mais nos três poderes, o crime organizado, a produção e exportação de drogas e a violência generalizada em praticamente todos os países, e que se tornam dia-a-dia mais agudos, sem perspectiva de melhoria em curto e médio prazos.

A violência tem sido elemento comum, por exemplo, na Colômbia, Brasil e Equador. Na Colômbia, o índice de criminalidade chegou inclusive a fazer com que surgissem as milícias de autodefesa, para combater o crime organizado. No início deste ano no Equador o tráfico chegou até mesmo a invadir a TV de Guayaquil, obrigando o presidente Daniel Noboa a decretar estado de exceção visando fazer frente aos traficantes, colocando-se o Exército nas vias públicas.

Como consequência, Peru e Colômbia reforçaram suas fronteiras para evitar a entrada de criminosos oriundos do Equador. Esses problemas parecem não ter encontrado solução por parte das autoridades que, cada vez mais, se encontram à mercê do crime organizado, principalmente porque não conseguem sequer controlar suas prisões e as gangues que aí proliferam. (OESP, 2024)

Todos os países do continente têm consciência de seus problemas e das dificuldades para solucioná-los no todo ou em parte. Para os governantes as alternativas nem sempre correspondem àquelas que poderiam contemplar, simultaneamente, os anseios da sociedade pela melhoria das condições sociais e econômicas e os agentes do sistema político. Sobretudo, os representantes do Legislativo em grande parte dos casos advogam em causa própria, em busca de benefícios pessoais desde verbas para serem alocadas/distribuídas em seus redutos eleitorais, bem como participação direta e indireta nos cargos da administração pública.

A labuta diária do governo para reduzir os déficits fiscais, os investimentos em infraestrutura e em outros itens importantes que atendam as reivindicações da sociedade, assim como os salários dos funcionários públicos da administração, dificulta o uso adequado dos recursos que nunca conseguem atender as demandas necessárias de todos, o que torna mais difícil alavancar programas e projetos de governo e de Estado, para auxiliar o desenvolvimento nacional. Ou seja, fortalecer o poder nacional, tornar-se cada vez mais competitivo e ocupar lugar mais favorável na constelação do poder mundial.

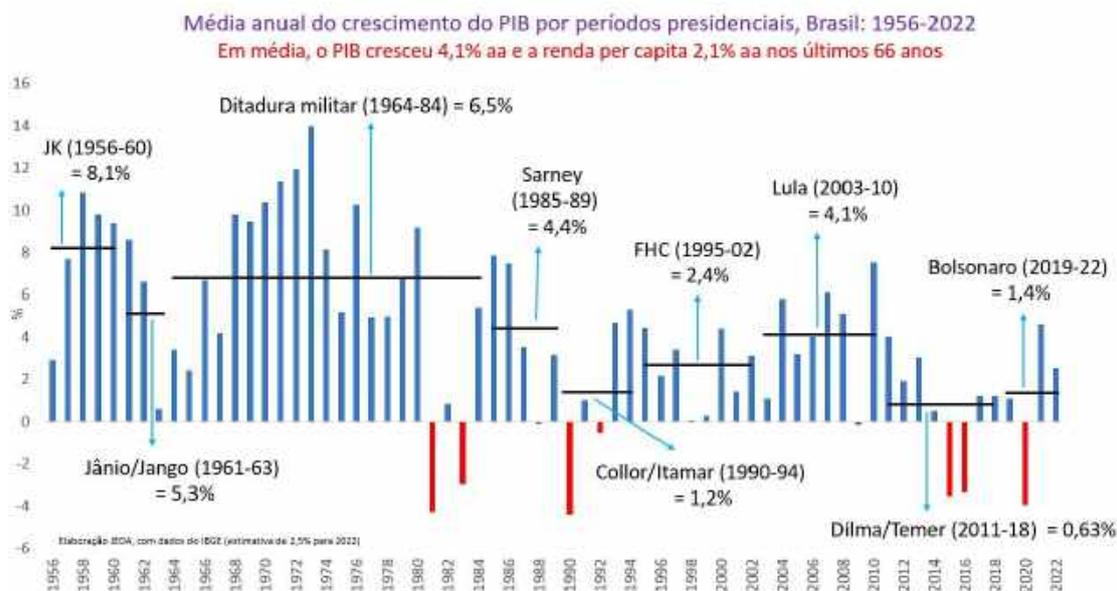
Uma comparação dos indicadores sul-americanos com outras regiões e/ou países da União Europeia, ou da Ásia, poderia mostrar claramente os descompassos em termos de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e outros índices sociais e econômicos e os avanços, por exemplo, nas últimas décadas.

Em termos de América Latina, por exemplo, nas duas últimas gerações o Brasil cresceu cerca de metade do verificado na média dos demais vizinhos; se visto com os do sudeste asiático, a proporção negativa é, ainda, mais acentuada. O Brasil situa-se a cerca de 10% do crescimento dos países dessa região.

No que diz respeito aos US\$ 7.564,00 de renda per capita, observados em 2021 no Brasil, o colocam como 8º na América Latina. Verifica-se, igualmente, uma queda na participação do PIB latino-americano. Em 2011, o PIB

brasileiro equivalia a 41% da região. Na década 2010 a 2019 tinha diminuído para 38%, enquanto em 2012 os indicadores foram reduzidos para 31,8%.

No período de 1956 a 2022, a evolução do PIB nacional pode ser verificada no gráfico abaixo.



Fonte: Elaborado por ALVES, 2022.

A participação brasileira no PIB mundial, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) também foi se retraindo ao longo das décadas: em 1980 representava 4,3% do mundo; em 1990 foi 3,6%; em 2000 reduziu para 2,4%, enquanto em 2020 e 2022 manteve-se em 2,3%.

Embora investimentos em áreas importantes como ciência e tecnologia não sejam tão baixos, o fato de o PIB brasileiro não acompanhar o mesmo nível dos demais países mencionados, faz com que em valores absolutos, a desvantagem sempre aumente, porque isso significa milhões de dólares a menos em áreas importantes de pesquisa e desenvolvimento.

Além do mais, mesmo unidades da federação procuram reduzir investimentos nessas áreas. Por exemplo, ainda no mês de maio do corrente ano, o governador do Estado de São Paulo Tarcísio de Freitas, aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, encaminhou proposta orçamentária para o próximo ano, incluindo 3 instituições (Faculdade de Medicina de Marília-FANEMA; Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto-FMRP e a Universidade Virtual

do Estado de São Paulo-UNIVESP) no item dedicado às três grandes universidades do estado (Universidade de São Paulo/USP, Universidade Estadual de Campinas/Unicamp e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP), isto é, dividir o mesmo orçamento estabelecido desde 1989, pela Lei 17.286 equivalente a 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços/ICMS, o que significaria reduzir anualmente os valores das universidades em cerca de R\$ 370 milhões de reais. Após críticas, a proposta foi retirada. Porém, imediatamente, fez-se nova investida propondo reduzir o valor de 1% dedicado a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP anualmente como previsto pelo Artigo 271 da Constituição Estadual, e que fora aprovado em 1989 pela Assembleia Legislativa aumentando o percentual então vigente de 0,5% para o valor atual de 1,0%. Agora, a ideia seria diminuir esse percentual para 0,7% da receita tributária, o que provocou nova ressalva, inclusive da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo/FIESP que emitiu nota lembrando a importância dessa entidade para as pesquisas e desenvolvimento nacionais. Contudo, no mesmo dia 26 de junho de 2024, enquanto a FAPESP anunciou o reajuste do valor das bolsas de pesquisas como incentivo à ciência, a vigora a partir de 1º de agosto próximo, a Assembleia Legislativa, com maioria governamental, aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025, reduzindo as verbas destinadas à FAPESP. Dos 94 deputados estaduais, com muitos representantes ausentes, 46 votaram a favor contra 12 votos opositoristas.

Em outras épocas igual comportamento também se verificou. Ao se referir ao financiamento das pesquisas por essa instituição, na época o governador Geraldo Alckmin e atualmente vice-presidente da República, chegou a dizer em alto e bom tom que a FAPESP só financiava pesquisas inúteis sem utilidade prática. Na reunião com o secretariado realizada em abril de 2016 criticava a vinculação fixa do orçamento da FAPESP aos recursos do estado e mostrava descontentamento com os recursos destinados à pesquisa na área de Ciências Humanas. Segundo Alckmin “Gastam dinheiro com pesquisas acadêmicas sem nenhuma utilidade prática para a sociedade. Apoiar a pesquisa para a elaboração da vacina contra a dengue, eles não apoiam. O Butantã sem dinheiro

para nada. E a FAPESP quer apoiar projetos de sociologia ou projetos acadêmicos sem nenhuma relevância.” (Bonin, 2016)

Comparativamente com outros períodos, é evidente que as condições gerais do continente sul-americano passaram por grandes transformações, modernizando-se e oferecendo melhores condições para a sociedade em geral, excetuado quando irrompeu a pandemia da COVID-19. Mas isso, igualmente, se verificou ocorrendo em praticamente todas as regiões do mundo, ressalvando-se, talvez algumas partes do continente africano. De qualquer forma, os indicadores mostram que, em termos comparados, a América do Sul passou por transformações menores e menos favoráveis do que grande parte do mundo.

Por outro, mudanças e conflitos em regiões afastadas do continente, mas que afetam grandes países em suas rotas de comércio internacional podem ajudar a impulsionar o interesse pela América do Sul. É o que ocorre, por exemplo, com a guerra entre a Ucrânia e a Rússia, ou o conflito no Oriente Médio e que fazem com que a Terra do Fogo se torne uma boa alternativa para a navegação dos grandes barcos transportadores de mercadorias, de países como a China e os Estados Unidos da América possibilitando que a região se torne estrategicamente importante. (Garip, 2024).

Entre otimismo e incertezas, as interpretações sobre o aumento do papel e da participação da América do Sul no cenário global são sempre motivo de atenção de autoridades das organizações regionais, como declarou em entrevista recentemente Ilan Goldfajn, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):

Tivemos muitas décadas perdidas. Sempre, as projeções sugerem que o ano que vem, daqui a dois anos, vai melhorar e esse crescimento nunca vem. Agora, estamos num período em que tanto o México quanto Brasil estão crescendo mais do que se imaginava. Será que esse já é um sinal que a América Latina está ocupando um novo espaço, surfando nesse momento global? Pode ser. A América Latina é parte importante das soluções globais. (Bronzati, 2024)

## **Observações finais**

Vontades nem sempre se realizam. Expectativas, muitos países têm em relação à sua inserção de maneira mais favorável e vantajosa no sistema internacional. Demandas normalmente todos aqueles que se situam mais distantes dos grandes centros de decisão sempre apresentam, esperando que

pelo menos em parte sejam atendidas. Contudo, sabem, igualmente, que há limites para que as reivindicações preencham suas expectativas. Há uma clara percepção do que seria uma inserção internacional desejada e a possível em face das circunstâncias de como o sistema internacional funciona e a ordem é modelada.

A dura realidade que caracteriza as relações internacionais indica que não há margens para piedades, mesmo para aqueles que se encontram em situação altamente desfavorável e vulnerável. A ordem internacional é, destarte, definida atendendo aos interesses daquelas consideradas grandes potências que determinam qual rumo será estabelecido. Mesmo que não consigam impor suas vontades na totalidade, pelo menos conseguem bloquear inúmeras demandas que ferem seus interesses.

Temas como meio ambiente, direitos humanos, soberania, problemas migratórios, comercio e protecionismos, e outros de igual quilate só são levados na devida conta quando os interesses coincidirem e desde que aqueles situados no topo da pirâmide do poder mundial considerem conveniente. Daí a expulsão e bloqueio de tentativas de ingresso em territórios europeus de migrantes africanos e ou latino-americanos nos Estados Unidos da América.

As desigualdades no sistema internacional, por mais acentuadas que sejam, nem por isso são motivos de tomadas de decisão para resolução imediata, ainda que a todos afetem, para temas como a deterioração do meio ambiente, cujas reuniões como as Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas se estendem indefinidamente sem que medidas mais eficazes sejam adotadas, como o consumo desenfreado dos países altamente industrializados e o uso de combustível fóssil.

Por fim, vale ressaltar o fato de que a América Latina e outras regiões sempre consideradas periféricas, portanto, com importância secundária na definição dos rumos da ordem mundial, nem por isso estão condenadas eternamente a esse papel de meros apoiadores das decisões tomadas pelas grandes potências.

Ainda que de forma um tanto restrita, como a História tem demonstrado no andar dos séculos, o sistema internacional pode, em determinadas ocasiões, abrir brechas para a ascensão de um ou outro país, a depender das

conveniências e das características e condições apresentadas pelos Estados menores.

A resolução dos conflitos e desavenças que têm, em grande parte, dificultado o desenvolvimento das nações sul-americanas, é então condição importante para que seus indicadores sejam melhorados, tanto no plano social, quanto no econômico.

O trabalho em conjunto entre os diversos parceiros da região, superando diferenças, ideologias, rivalidades e disputas, com certeza será importante para atender a aspiração de pensadores e governos que têm defendido o continente como um bloco razoavelmente uniforme com capacidade para desempenhar papel de relevo no concerto mundial de poder.

Em termos ideais, essas duas condições seriam necessárias e interessantes para que a região possa ser alavancada de seu estágio atual para um plano superior, mais próximo ao topo da pirâmide de poder junto aos que decidem os rumos do mundo.

Por outro lado, também, apenas uma mudança interna de regime de um país pode dificultar qualquer tipo de proposta comum, se aspectos ideológicos se mantiverem importantes e intolerantes, e forem colocados na ordem do dia, e que podem impactar negativamente trabalhos conjuntos regionais.

## **Referências bibliográficas**

Aguiar, P. S. O. 2016. *Essequibo em foco: um estudo de caso de um contencioso sul-americano*. Boa Vista/Roraima, Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

Alves, J. E. D. 2022. O crescimento do PIB brasileiro por períodos presidenciais entre 1956 e 2022. <https://www.ecodebate.com.br/2022/09/28/o-crescimento-do-pib-brasileiro-por-periodos-presidenciais-entre-1956-e-2022/>. Acesso em 15 de maio de 2024.

Aron, R. 1982. *Os sistemas internacionais. Curso de Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Unidade III.

Azeredo da Silveira. 1975. A política externa do governo Geisel. Brasília, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília: Ministério das Relações Exteriores, II (4), p. 37-43

Bonin, R. 2016. Alckmin critica Fapesp por priorizar pesquisa sem utilidade prática'. <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/alckmin-critica-fapesp-por->

[priorizar-pesquisa-sem-8220-utilidade-pratica-8221](#). Acesso em 30 de maio de 2024.

Bronzati, A. 2024. Ilan Goldfajn: América Latina tem posição especial e está ressurgindo. *O Estado de S. Paulo*, 24 de janeiro, Caderno Economia & Negócios, p. B4.

Cacciamali, M. C; Bobik, M.; Celli Jr. , U. 2012. Em busca de uma nova inserção da América Latina na economia global. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, USP, 26 (75), p. 92-110.

Costa, C. & Tombesi, C. 2022. Mapas mostram disputas territoriais ativas nos países da América Latina – inclusive no Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59585669>. Acesso em 7 de junho de 2024.

Costa, G. 1987. *The foreign policy of Brazil to her South American neighbors during the Geisel and Figueiredo administrations*. Cambridge: Queen's College, University of Cambridge, PhD. Thesis.

Duda, A. 2024. Otan deve subir gasto com defesa para 3%. *O Estado de S. Paulo*, 13 de março, p. A13.

Deutsche Welle. 2018. Bolívia perde disputa marítima contra o Chile. <https://www.dw.com/pt-br/bolivia-perde-disputa-maritima-contra-o-chile/a-45721743>. Acesso em 3 de junho de 2024.

Ferrer, I. 2015. Chile e Bolívia revivem em Haia seu conflito por uma saída para o mar. [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/04/internacional/1430744745\\_182951.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/04/internacional/1430744745_182951.html). Acesso em 3 de junho de 2024.

Ferreira, P. ; Spotorno, K. 2023. Lula diz que continente não precisa de confusão. *O Estado de S. Paulo*, 4 de dezembro, p. A11.

Folha de S. Paulo. 2009. Em busca de apoio, Lula cria 35 embaixadas desde 2003. *Folha de S. Paulo*, 8 de março <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0803200914.htm>. Acesso em 30 de maio de 2024.

Frazão, F. 2024. No G-20 Blinken promete acelerar ampliação do Conselho de Segurança. *O Estado de S. Paulo*, 23 de fevereiro, p. A11.

Frazão, F. 2024a. Lula defende Maduro e critica atitude da oposição na Venezuela. *O Estado de S. Paulo*, 7 de março, p.A-14.

Frazão, F. 2024b. Por vaga em conselho da ONU, Brasil negocia com China expansão do Brics. *O Estado de S. Paulo*, 22 de agosto, p. A12.

Fucs, J. 2024. Bangladesh vira exemplo ao reduzir miséria. *O Estado de S. Paulo*, 9 de fevereiro, p. C6 e C-7.

Fucs, J. 2024a. Crescimento faz Vietnã superar pobreza extrema. *O Estado de S. Paulo*, 18 de fevereiro, p. A12 e A13.

Fucs, J. 2024b. Indonésia tira mais de 100 milhões da miséria nos últimos 30 anos. *O Estado de S. Paulo*, 25 de fevereiro, p. A12 e A13.

Garcia E. V. 2000. *O Brasil e a Liga das Nações: 1919-1926: vencer ou não perder*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS; Brasília, Fundação Alexandre Gusmão/FUNAG.

Garip, P. 2024. EUA e China cobiçam sul da América, rota em alta por guerra e crise do clima. *O Estado de S. Paulo*, 28 de abril, p. A12 e A13.

Godoy, M. 2023. Envio de mísseis a Roraima é aviso sobre poder militar na Amazonia. *O Estado de S. Paulo*, 19 de dezembro, p. A10.

Godoy, M. 2024. Reação a Maduro agrava rombo no caixa do Exército. *O Estado de S. Paulo*, 21 de maio, p. C6 e C7.

Gomes, L. H. 2024. Essequibo reabre debate sobre presença militar dos EUA na região. *O Estado de S. Paulo*, 17 de dezembro, p. A16.

Gugliano, M. 2023. Brasil prepara envio de 20 blindados à fronteira com a Venezuela. *O Estado de S. Paulo*, 5 de dezembro, p. A12.

Herz, M.; Nogueira, J. P. 2002. *Ecuador vs. Peru: Peacemaking Amid Rivalry*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers.

Horta, C. A. C. 2021. América Latina: conceito e limites. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 15, n.2, p. 191-218. Brasília, UnB.

Kennedy, P. 1989. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

Keohane, R. 1992. Soberania estatal e instituições multilaterais; respostas à interdependência assimétrica. In Jose Álvaro Moises (ED.) *O futuro do Brasil: a América Latina e o fim da guerra fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 165-191.

Kissinger, H. A. 1973. *O mundo restaurado*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

Kritsch, R. 2002. Soberania a construção de um conceito. São Paulo: Humanitas/USP; Imprensa Oficial do Estado.

Machado de Assis. 2019. *Badaladas Dr. Semana*. Tomo II. São Paulo: Nankin Editorial.

Maia, S. 2024. As guerras e o recorde de gasto militar global. <https://iree.org.br/as-guerras-e-o-recorde-de-gasto-militar-global/#:~:text=%E2%80%8CO%20ISS%20prevê%20um%20novo,será%20uma%20década%20mais%20perigosa>. Acesso em 3 de junho de 2024.

Monteiro, R. 2024. Silveira diz que Guiana tira de ‘canudinho as riquezas do País’. *O Estado de S. Paulo*, 28 de julho. Caderno de Economia & Negócios, p. B-13.

MSF, 2019 – 6 coisas que a indústria farmacêutica não quer que você saiba. <https://www.msf.org.br/noticias/6-coisas-que-industria-farmaceutica-nao-quer-que-voce-saiba/>. Acesso em 4 de junho de 2024.

Niedergang, M. 1962. *Les 20 Amériques Latines*. Paris: Plon.

O Estado de S. Paulo. 2023. EUA e Guiana fazem manobra militar em região que Venezuela quer anexar. *O Estado de S. Paulo*, 8 de dezembro, p. A14.

O Estado de S. Paulo. 2024. Prisões da América Latina se tornam centro de recrutamento para gangues. *O Estado de S. Paulo*, 4 de março, p. A10

O Estado de S. Paulo. 2024a. Chavismo barra candidata da oposição, Brasil decide criticar e ditadura rebate. *O Estado de S. Paulo*, 27 de março, p. A1 e A11.

O Globo. 2021. Sob pressão, EUA enviarão doses não usadas da vacina AstraZeneca a México e Canadá, 19 de março. <https://oglobo.globo.com/mundo/sob-pressao-eua-enviarao-doses-nao-usadas-da-vacina-da-astrazeneca-mexico-canada-24930668>. Acesso em 30 de maio de 2024.

Petrovna, J. 2023. Uruguai defende acordo bilateral com China na véspera de cúpula do Mercosul. *O Estado de S. Paulo*, 7 de dezembro, p. A13.

Pipier, O. 2024. Gastos militares globais atingem novo recorde em 2023. <https://www.dw.com/pt-br/gastos-militares-globais-atingem-novo-recorde-em-2023/a-68886898>. Acesso em 3 de junho de 2024.

Pires, A. 2023. Por que o Essequibo é da Venezuela?. Uma análise histórica. <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/12/entenda-porque-o-essequibo-e-da-venezuela>. Acesso em 30 de maio de 2024.

Presidência da República, 1971. *Metas e bases para a ação do governo*. Nova reimpressão. Rio de Janeiro: IBGE.

Presidência da República. s/d. – *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. Rio de Janeiro: IBGE, s/d

Rosecrance, R. 1986. *The rise of the trading State: Commerce and Conquest in the Modern World*. New York: Basic Books.

Sampaio, K. 2018. Haia diz que Chile não deve negociar saída para o mar com a Bolívia. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-10/haia-diz-que-chile-nao-deve-negociar-saida-para-o-mar-com-bolivia#>. Acesso em 3 de junho de 2024.

Santos, N. B. 1996. *Le Brésil et la Société des Nations: 1920-1926*. Gêneve, These Doctorat: Institut Universitaire de Hautes Études Internationales.

Sardenberg, R. 1982. *Estudo das Relações Internacionais. Curso de Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Unidade IV.

The Economist. 2024. Comércio entre países da América Latina vai mal. *O Estado de S. Paulo, Caderno Cultura & Comportamento*, 27 de junho, p. 6-7.

Toma-Garcia, R. S. 2023. *Geopolítica do petróleo em litígios territoriais: as dimensões marítimas do caso Essequibo entre a República Bolivariana da Venezuela e a Republica Cooperativa da Guiana*. Porto Alegre: Tese Dr. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Gradu em Estudios Estratégicos Internacionales, 2023

Vasconcelos, S. A. V. 2014. *Essequibo: percepção venezuelana sobre o litigio territorial, 1966-2012*. Boa Vista/RR, Tese de Dr. Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e Universidade Federal de Roraima/UFRR.